

Revista do **SINAL**

No.6 | Ano 2 | Maio 2010 | **Distribuição gratuita - proibida a venda**

INTERCÂMBIO

uma nova opção de
lazer para aposentados

Participe!

Sugira o novo nome para a nossa revista e ajude-nos
a torná-la cada vez mais parecida com você.

Envie sua sugestão de nome para **nacional@sinal.org.br**

Editorial

O Sinal tem um sério compromisso com os aposentados e pensionistas do Banco Central: lutar, entre outras coisas, pelo fim da cobrança da contribuição previdenciária imposta pelo governo, que tem corroído os benefícios das categorias.

Esse compromisso nos tem levado a travar um corpo a corpo quase que diário no Congresso Nacional. O trabalho se intensificou no momento em que foi aberta a possibilidade de extinguir mais esta injustiça praticada pelo governo federal. A Comissão Especial, instalada na Câmara dos Deputados, tem o poder de acabar com a cobrança.

Porém, o relator, deputado Luiz Alberto (PT-BA), por pertencer ao partido governista, quer tomar a medida paliativa de

escalonar a cobrança, achando que, assim, agradecerá aos aposentados e governo.

Além disso, quer jogar para 2011 a apreciação do projeto no Plenário da Câmara.

O Sinal está consciente desta manipulação governista e promete acirrar ainda mais a pressão sobre o relator e a Comissão. Lembramos que estamos num ano eleitoral, por isso não vamos deixar que o governo empurre o problema para debaixo do tapete. Continuaremos insistindo pelo fim da contribuição agora. Nossa luta só termina com a vitória.

Sérgio Belsito
Presidente do Sinal Nacional



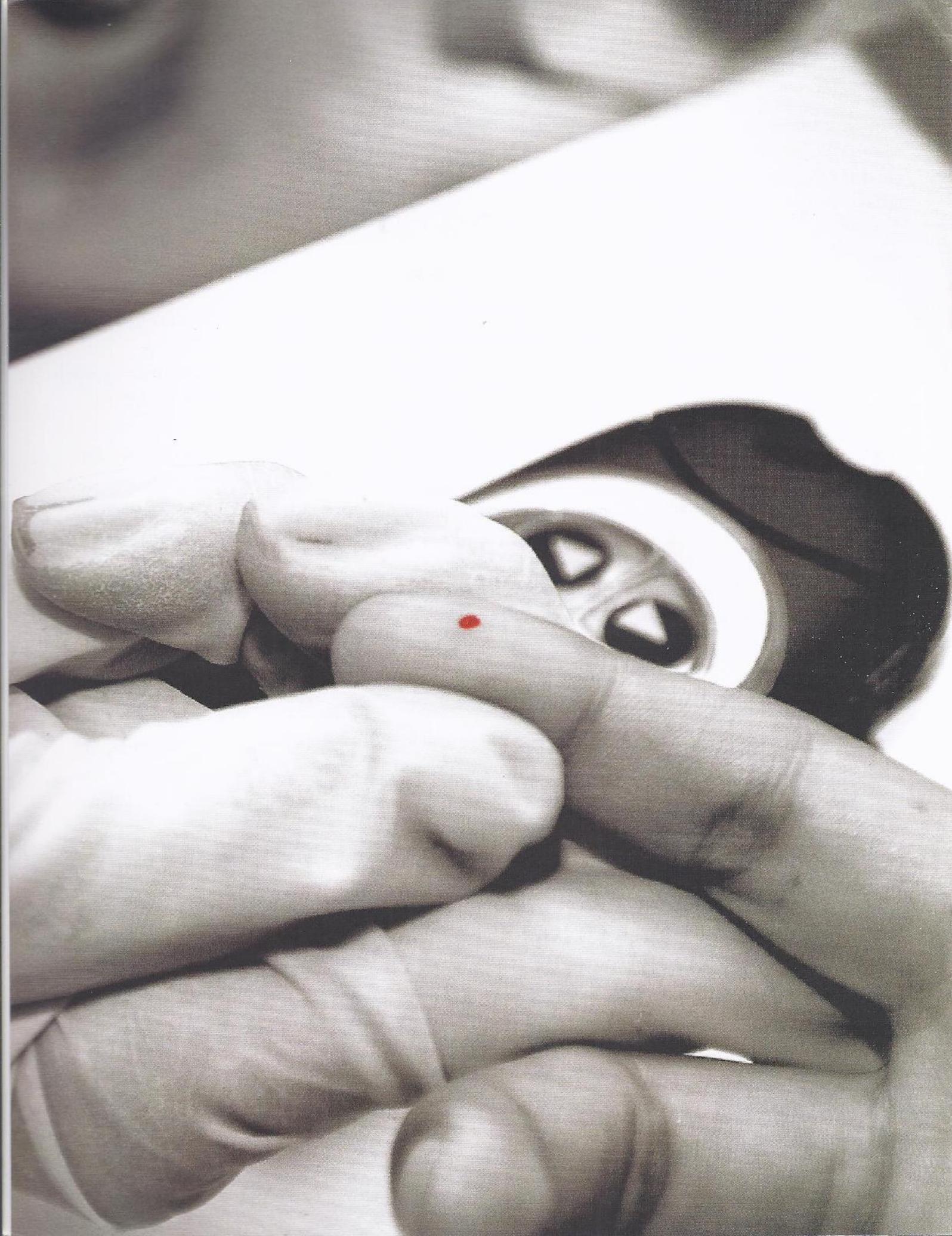
DIRETORIA DO SINAL NACIONAL

- Presidente:** Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)
Secretário: Julio Cesar Barros Madeira (Rio de Janeiro)
Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho (Curitiba)
Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas (Curitiba)
Diretor Comunicação: Alexandre Wehby (Porto Alegre)
Diretor de Relações Externas: Paulo de Tarso Galarça Calovi (Brasília)
Diretor de Estudos Técnicos: Eduardo Stalin Silva (São Paulo)
Diretor de Assuntos Previdenciários: Cloide Napoleão
Diretor Extraordinário do GT do projeto 192 e Defesa do Consumidor: José Manoel Rocha Bernardo

EXPEDIENTE

- Jornalista Responsável:** Eunice Pinheiro
Projeto Gráfico: Kleber Pinheiro - Patcha Comunicação
Reportagem: Hylida Cavalcanti

- 04** *Medicina começa a rever tratamento para diabetes*
- 08** *Intercâmbio: uma nova opção de lazer para aposentados*
- 12** *Sexualidade no divã*
- 15** *Servidores fazem protesto em favor do PASBC*
- 18** *Inativo? Como assim?*
- 19** *Serviço mais que especializado*
- 20** *Tratamentos odontológicos*
- 24** *PEC 555/06: Não vamos desistir!*
- 29** *PEC 555/06: Fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas*
- 33** *Quintos*
- 34** *Às duas pontas, passando pelo meio*



Medicina começa a rever tratamento para diabetes

Metas de controle de glicose no sangue ficarão mais brandas, afirma a Sociedade Brasileira de Diabetes

A Sociedade Brasileira de Diabetes, (SBD) está anunciando mudanças no protocolo de tratamento do diabetes em pacientes maiores de 60 anos de idade. Essas pessoas terão metas de controle de açúcar no sangue mais brandas do que as estabelecidas para outras faixas etárias.

Antes, independente da idade do paciente, a determinação da SDB era a manutenção dos níveis de hemoglobina entre 6% e 7%. Agora, a meta passará a ser de 8%. Mas atenção: só para pacientes com mais de 60 anos.

O objetivo, segundo a SBD, é diminuir as sequelas mais extremas da doença em idosos, como depressão, cegueira, amputação de membros e isolamento social. A meta de controle menos rígida é apenas uma de uma série de mudanças, que ainda serão anunciadas pela Sociedade, e fazem parte de um pacote de alterações no tra-

tamento dos diabéticos.

“O paciente idoso merece toda a nossa atenção e tratamento diferenciado, porque ele exige cuidados mais específicos”, afirma o presidente da SBD, Saulo Cavalcanti da Silva. O médico explica que a primeira diferença entre o idoso diabético e o mais jovem é que o idoso tem a idade das artérias 10 anos mais velha do que a sua idade cronológica.

“Só isso já seria suficiente para causar problemas para a prática de exercícios, fundamental para o controle da doença, mas tem a questão do medo de cair e restrições físicas do idoso, dois fatores que complicam a situação. Sem contar as possíveis deficiências cognitivas, que deixam os pacientes mais confusos e com dificuldade de controlar os horários dos medicamentos e refeições”, completa o especialista, acrescentando que todas essas caracterís-

ticas justificam as taxas diferenciadas de controle glicêmico.

Silva afirma ainda que, sem estarem tão pressionados com a doença em constante descontrole, a mesma diretriz de mudança de padrão de taxa de glicose pode ser “remédio” para a depressão, que atinge 16% dos portadores de diabetes, segundo pesquisa feita por médicos da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica.

Dificuldades

Na avaliação do professor adjunto de Medicina do Albert Einstein College of Medicine e médico do Ambulatório de Diabetes do Montefiore Medical Center, de Nova York, Harvey Katzeff, o diabetes é a pior doença crônica que existe.

“É muito pior do que a artrite, por exemplo, porque nela você sente os sintomas, as dores no joelho. O diabetes age silenciosamente, lesiona os órgãos sem que você per-

ceba. Quando descobre, às vezes já está em um estágio avançado da doença”, disse o especialista. Para ele, além do investimento em medicamentos mais modernos, que ao mesmo tempo diminuem o ganho de peso e controlem doenças cardíacas, o ponto chave para monitorar o diabetes ainda é a alimentação.

Segundo a Federação Internacional de Diabetes, em 1985, a doença atingiu aproximadamente 30 milhões de pessoas no mundo.

Esse número aumentou para 135 milhões, em 1995, e para 177 milhões, em 2000. Estima-se que em 2030, a prevalência do diabetes deve alcançar 438 milhões.

Pesquisas têm mostrado que cerca de 76% das pessoas afetadas pela doença não fazem o controle regular das taxas glicêmicas. Pensando nisso, o médico Augusto Pimazoni, coordenador dos Grupos de Educação e Controle do Diabetes do Hospital do Rim e Hipertensão da Universidade Federal de São Paulo, desenvol-



“Conseguimos identificar os fatores que de fato influenciam na variação glicêmica” - Dr. Pimazoni

veu um método de tratamento do diabetes, utilizado nos pacientes que não conseguem controlar a doença, e já conseguiu um índice de êxito de 70%. O tratamento é focado em cada paciente, com

suas características pessoais e elaboração de estratégias personalizadas.

“Durante um tempo, em geral um mês, pedimos para os pacientes medirem as taxas de glicemia seis vezes por dia, durante três dias da semana”, explica o especialista. “Com esta avaliação minuciosa, conseguimos

identificar os fatores que de fato influenciam na variação glicêmica e personalizar o tratamento. Para uns, o jejum pode ser o fator determinante do descontrole, para outros já é a alimentação. Em alguns casos são as manifestações depressivas”.

O novo método já foi aplicado em 200 pacientes, submetidos às técnicas desde 2007. Em novembro do ano passado, ganhou o prêmio de melhor criação no Congresso Brasileiro de Diabetes, realizado em Fortaleza. Pimazoni afirma que

o método já foi apresentado para a Universidade Federal do Paraná – que pretende testá-lo em gestantes com diabetes – e também já foi solicitado pelo Centro de Estudos do Diabetes de Salvador.

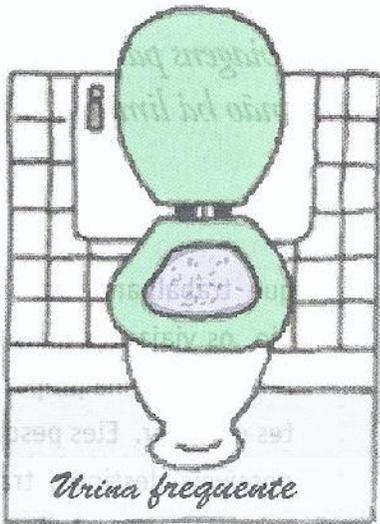
O médico Ricardo Meirelles, presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, também confia na individualização terapêutica do diabetes como uma das vantagens conquistadas nos últimos tempos. Além disso, ele ressalta a importância de manter o peso equilibrado como uma das formas de controle.

“Muitas vezes, mesmo em grandes obesos, a perda de cerca de 10% do peso já promove melhoras significativas no metabolismo e na pressão arterial, ainda que não se atinja o peso ideal”.

No mundo todo, o diabetes está fazendo cada vez mais vítimas. Uma das causas do problema é a alimentação recheada de gordura, refrigerante, frituras e fast food, explica Ruy Lyra da Silva Filho, vice presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes.

“Estudos já mostraram que o diabetes influencia em uma redução de expectativa de vida entre 8 e 12 anos. Por isso, é tão importante controlar e tratar a doença”, avalia o especialista.

CONHEÇA OS SINTOMAS



Intercâmbio:

uma nova opção de lazer para aposentados

Com o mercado em expansão, agências de intercâmbio investem em viagens para maiores de 50 anos. Uma mistura de lazer e ampliação de conhecimento, onde não há limite de idade

Foi-se o tempo em que viagens de intercâmbio eram apenas para estudantes de 18 anos. Com uma situação financeira mais estável e tempo livre, aposentados começaram a procurar mais opções de lazer, entre elas, viagens de intercâmbio. Muitos querem aprender ou aprimorar um novo idioma, conhecer novas culturas, pessoas etc.

Apostando neste nicho, a Bex Intercâmbio, com lojas em diversas capitais, tem lançado pacotes especiais para maiores de 50 anos de idade. Com durações menores, de duas semanas, a agência oferece diversas opções de destinos e idiomas.

Cláudia Martins, da Student Travel Bureau - STB, afirma que o público que hoje procura as viagens de intercâmbio inclui pessoas de até 70 anos de idade. Mas, isto, não a sur-

preende. "Hoje é tudo muito diferente. As pessoas com seus 50 anos continuam muito ativas profissionalmente. Nossos clientes, em sua maioria, são profissionais liberais, têm o próprio negócio, a casa própria, não têm mais obrigações financeiras pesadas e seus filhos já cresceram", conta a diretora de comunicação da STB.

Ela acrescenta ainda que os clientes mais velhos não estão apenas preocupados com o aprendizado do idioma. "Eles buscam um programa de intercâmbio que irá enriquecê-los cultural e pessoalmente. Encaram como uma oportunidade única de viajar e ficar mais tempo em uma mesma cidade, vivenciando melhor a experiência".

Preparação

Segundo os profissionais

que trabalham com intercâmbio, os viajantes mais maduros fazem toda uma preparação antes de viajar. Eles pesquisam os possíveis destinos, traçam roteiros, preparam tudo com antecedência e cuidado. Já durante o intercâmbio, são os melhores alunos da turma, se interessam, prestam atenção, questionam o professor e enriquecem as aulas. Também fazem de tudo para se divertir e curtir a aventura.

Luíza Vianna, gerente de cursos da Central de Intercâmbio - CI, acrescenta. "Nessa altura da vida, muito mais do que aprimorar o idioma, as pessoas procuram uma experiência diferente e querem fazer amizades. Tem uma senhora de 70 e poucos anos que já fez intercâmbio três vezes conosco. Fiquei sabendo que, em uma das escolas, ela se tornou uma lenda, porque fez amizade



com toda a molecada", lembra.

Programas

A procura por intercâmbios tem sido tão grande, que já existem prefeituras montando programas. No Guarujá (SP), por exemplo, a Associação dos Idosos Pensionistas e Aposentados de Vicente de Carvalho (Assipavic) desenvolveu, há 10 anos, o programa de Turismo para Idosos. Hoje, o grupo é composto por cerca de mil pessoas, que participam de viagens de intercâmbio com frequência.

Batizados de "golden age", "special age" ou "mature students", os programas são montados pelas próprias escolas no exterior – Estados Unidos, Canadá e em países da Europa – e vendidos aqui no Brasil por empresas de intercâmbio. Apesar de 36 das maiores agências brasileiras oferecerem esse serviço, ele ainda é muito pouco conhecido.

Na STB, atualmente, as pessoas com mais de 50 anos constituem, no mínimo, 10% do quadro de intercambistas, estima Claudia Martins. "Mas esse percentual deve, cada vez mais, aumentar, porque a expectativa de vida aumentou. Hoje, as pessoas se alimentam melhor

do que no passado e estão mais preocupadas com a saúde".

Uma das particularidades dos pacotes para seniores é o número reduzido de horas-aula em comparação com os programas tradicionais. O objetivo é dar mais espaço a atividades extracurriculares e de lazer, como aula de gastronomia e moda, partidas de boliche ou golfe e chás dançantes e passeios turísticos.

Outra diferença desses programas é a escolha do destino. "Geralmente, as aulas são realizadas em cidades mais tranquilas, menos agitadas, onde as coisas são próximas umas das outras", diz Cláudia Farina, proprietária da SIP-Student International Programs. Mas existe também oferta em grandes metrópoles, como Paris.

"Achei que era velho para fazer isso, mas, mesmo assim, resolvi ir. Quando vi que na minha classe havia pessoas de 80 anos com muita gana de estudar, tive a sensação de que eu teria um longo período de vida útil", diz o administrador de empresas gaúcho Léo Medina Martins, 69, que fez uma imersão na cultura britânica por 30 dias, na cidade litorânea de Bournemouth, na Inglaterra.

Empresas

A CI tem dois programas voltados para pessoas mais velhas. O primeiro é um curso de duas semanas em Alicante, na Espanha, que inclui atividades culturais e sociais, além de excursões semanais. A segunda é um curso de inglês em Bournemouth, no Reino Unido, também de duas semanas.

O curioso é que, tanto na CI quanto na STB, os clientes dessa faixa etária preferem os cursos regulares, deixando um pouco de lado os cursos especiais para sua idade. A duração média dos cursos é de três semanas e, como nos intercâmbios convencionais, a hospedagem costuma ser em casas de família.

"Procuramos hospedá-los em casas de pessoas onde moram ou onde já moraram pessoas mais velhas. Normalmente, os idosos são pessoas mais exigentes que os mais jovens, que "topam tudo". Se a residência não agrada, existe a possibilidade de mudar de casa imediatamente ou hospedar-se em hotel", afirma Lilian Nogueira, gerente de intercâmbios da empresa curitibana BtoW-Brazilian to the World.

PARA VIAJAR COM TRANQUILIDADE, é sempre bom estar com a saúde sob controle. Clineu Almada, professor de geriatria da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), afirma que não há contra indicação ao idoso que pretende viajar

sozinho para o exterior em pacotes desse tipo.

“Já aqueles que sofrem de alterações importantes de memória e de humor ou que sejam portadores de doença crônica degenerativa, que não esteja controlada, devem viajar acompa-

nhados”, recomenda o geriatra.

Como toda viagem ao exterior, independente da idade, é obrigatória a contratação de um seguro de saúde, que dure por toda a viagem. Geralmente, ele já está incluso no preço final do pacote do intercâmbio.



Sexualidade no divã

Obra sobre sexo volta a ser objeto de estudos e revela novas possibilidades para relacionamentos depois dos 60

Num mundo globalizado, onde os avanços científicos batem à nossa porta com remédios e produtos que levam a uma vida mais saudável e a estímulos diversos para a prática de exercícios físicos, sexo entre pessoas com mais de 60 anos não deveria ser tabu. Mas, acredite, mesmo num país de pessoas sensuais como o Brasil, em que até mes-

mo o ministro da Saúde sugere às pessoas ter mais relações sexuais para combater a hipertensão, ainda é latente esse pensamento de que os mais velhos não têm condições de manter uma sexualidade feliz. O livro *Sexo e Amor na Terceira Idade*, dos autores Robert Butler e Myrna Lewis, entretanto, desmistifica esse mito e encontra-se cada vez atual.

Embora lançado em 1985, a obra voltou a ser tema de teses de mestrado em várias universidades e objeto de discussão entre especialistas nos últimos meses, pela abordagem com que traça - fundamentado em pesquisas que foram atualizadas ao longo das duas últimas décadas - o sexo de forma comum entre os idosos e como algo que também pode ser praticado com boa qualidade. Isso porque a publicação expõe, de modo amplo, os fatos ligados à sexualidade após os 60 anos. E mostra que pessoas idosas, relativamente saudáveis e que gostam de sexo, podem ter uma vida perfeitamente ativa.

Também conduz os que não possuem esse mesmo tipo de saúde a outros caminhos, ao apresentar alternativas de ajuda. Conforme relata o livro, o tabu sobre a vida sexual dos que possuem mais de 60 anos não parte apenas dos mais jovens, mas dos próprios idosos. Essa constatação levou os pesquisadores a concluir que muito do que se falou até hoje está embutido de preconceito bem maior por parte dos mais velhos do que dos jovens.

Insegurança

“Sei de pessoas sexagenárias que se sentem culpadas ao falar sobre sexo, como se não lhes coubesse mais uma vida sexual ativa, como se o sexo fosse algo acabado para elas. É preciso todo um trabalho comportamental para explicar que, na verdade, os idosos não somente têm esse direito como possuem, clinicamente, condições para isso”, afirmou o terapeuta Bernardo Tavares, que atende em seu consultório, em Brasília, vários clientes com idade entre 62 a 78 anos.

Por tudo isso, o livro traz capítulos que, além de reveladores, funcionam como uma verdadeira injeção de ânimo para os que caminham por tal dilema. Num dos primeiros capítulos, aborda a preocupação social dos idosos com preconceitos e a forma como suas aventuras sexuais podem vir a ser vistas pela sociedade: questões como o temor de serem criticados por se relacionarem com pessoas mais jovens ou de terem uma performance que seja considerada aquém do esperado pelos parceiros.

Outro ponto interessante relatado pelos autores e atuali-

zado pelos profissionais aos dias de hoje, sobretudo no tocante às mulheres, é a baixa auto estima acarretada pelas consequências da idade, mesmo em tempos de lipos, botox e demais intervenções estéticas. “As mulheres se preocupam com o viço da pele, com a queda dos cabelos e com a elasticidade do corpo. Tive uma paciente muito bonita que disse temer uma relação mais íntima com a pessoa com quem estava saindo porque não teria mais condições de ficar nua na frente de um homem”, contou Bernardo Tavares.

Trunfos da idade

Na publicação, Buttler e Lewis aconselham mulheres e homens a procurar descobrir, em si próprios, uma redefinição mais sofisticada de suas belezas de modo que possam aliar trunfos adquiridos com a idade tais como “personalidade, inteligência, expressividade, conhecimento, realizações, disposição e, até mesmo, tons de voz, padrões de fala, postura e porte” – que podem vir a ser adquiridos com o passar do tempo e não como características inerentes aos seres humanos.

Em capítulo tido como

relevante, o livro aborda as mudanças físicas próprias de quem chega aos 60 no tocante às doenças e indica vários tratamentos. Mostra, ainda, como pessoas com determinadas enfermidades (como câncer, por exemplo) podem adaptar seus desejos sexuais, na maioria dos casos, para conseguir um resultado satisfatório.

Num outro capítulo, são mostradas as questões emocionais que levam aos problemas sexuais: a impotência, problemas que tenham como pano de fundo a insegurança por se relacionar com uma pessoa mais jovem ou a rotina pela convivência com um companheiro de várias décadas, a viuvez e o medo do abandono ou da solidão por parte de um determinado parceiro. E, também, a inatividade profissional numa vida que sempre foi marcada pelo dinamismo.

Mostra, ainda, posições sexuais que podem ser consideradas mais confortáveis, dependendo da situação, e dá conselhos sobre como as pessoas podem procurar profissionais diversos para resolver não apenas seus problemas físicos mas, principalmente, os dilemas que existem em suas cabeças.

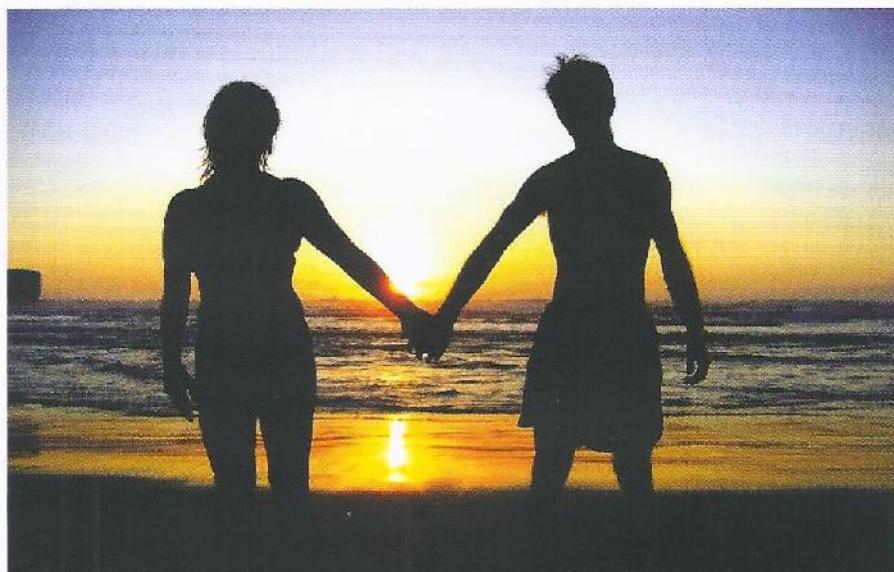
Fazer amor

Em todas as discussões sobre o livro, os acadêmicos tentam passar um recado para os que se encontram nessa fase: que continuem suas vidas, corram atrás de novos relacionamentos, requeitem os que já possuem e, se for o caso, deixem de lado idéias pré-concebidas de como uma pessoa de idade deve ser e agir, fugindo das padronizações sociais.

Mas a publicação faz uma ressalva importante: embora todos os conselhos que aborda e estão sendo replicados pelos especialistas sejam válidos para quem tem interesse em praticar

sexo depois dos 60 anos, assim como deve ocorrer em qualquer idade, o sexo deve ser uma questão de escolha e, principalmente, de foro íntimo. Ou seja, as dicas não valem para quem não estiver interessado em ter relações sexuais, independentemente de quantos anos possua.

Além disso, em tempos de clichês fáceis, os pesquisadores ressaltam que ainda vale mais, mesmo entre os que buscam uma vida sexualmente ativa, tentar relacionamentos de qualidade. E que, seja no outono ou na primavera da vida, melhor do que fazer sexo é, mesmo, fazer sexo com amor!



Os pesquisadores ressaltam que ainda vale mais, mesmo entre os que buscam uma vida sexualmente ativa, tentar relacionamentos de qualidade.

Mobilização

Servidores fazem protesto em favor do PASBC

A implementação dos itens pendentes do novo regulamento do PASBC foi, mais uma vez, exigido pelos funcionários do Banco Central. Em correspondência, encaminhada aos diretor de Administração do BC, o Sinal faz um levantamento das pendências, como a implantação do programa essencial para portadores de enfermidades crônicas e a criação de um sítio específico para manter uma

maior interatividade entre os usuários do Programa e o Gestor, inclusive com o processo de "conformidade" a ser dado pelo titular nas despesas relativas à utilização do PASBC.

A carta, assinada pela Abace, AAFBC, Fenabacen e Sinal, também solicita uma reunião do diretor com os representantes das três entidades e os membros do Comitê Gestor, para debater o assunto.

Durante toda a quarta-feira (26/4) algumas regionais também realizaram protestos contra a demora do Banco em solucionar as pendências.

Na avaliação do presidente do Sinal Nacional, Sérgio Belsito, a falta de implantação das novas medidas prejudica a todos. "Na verdade, todos nós perdemos: funcionalismo, Comitê Gestor, a Direção da Casa e o próprio PASBC".

Veja a carta enviada pelo Sinal para o PASBC

À Diretoria de Administração do Banco Central – Dirad

Nesta

Senhor Diretor,

Os dirigentes das entidades representativas do funcionalismo do BC, abaixo-assinados, nos solidarizamos em torno de uma causa, a um tempo nobre e urgente, e nos decidimos por dirigir-lhe estas considerações.

Trata-se da saúde de todo o contingente funcional do BC e seus familiares-dependentes, e da não implantação plena, após um ano de sua aprovação pelos titulares e homologação pela Diretoria Colegiada desse Órgão, do novo Regulamento do PASBC.

O documento, que entrou em vigor há um ano – 01.05.2009 – ainda não teve implementados

benefícios importantes, alguns essenciais para certos segmentos de participantes. Relembra aqui que gira em torno de trinta mil vidas o número de assistidos do Programa – entre ativos, aposentados do RJU e aposentados celetistas, pensionistas e dependentes de todos esses grupos.

Do Depes, Gestor do Programa, dependem as providên-

cias com essa finalidade, para as quais alguns prazos foram estabelecidos e mesmo comunicados ao Comitê Gestor, mas que vêm sendo descumpridos ao longo desse ano.

Várias cobranças já foram feitas ao Depes, que alega, no entanto, estar tomando as providências necessárias e cabíveis, mas que depende de uma série de fatores, como as licitações para a prestação desses serviços.

Ora, licitações são processos burocráticos e exigentes: há aspectos técnicos, legais e de análise da qualidade dos produtos/serviços - critérios aos quais, aliás, o BC está afeito, em todos os processos do gênero.

No entanto, trata-se aqui de beneficiar o gênero humano no bem fundamental para sua presença e atuação efetivas na vida: a saúde.

Poder-se-ia estar tratando de mobiliário ou softwares novos - também necessários, a seu tempo - mas se lida aqui com vidas humanas: suas mazelas, suas necessidades, a prevenção de futuros males.

Assim é que, por exemplo, está dependente de implanta-

ção um programa essencial para o segmento dos portadores de enfermidades crônicas. Trata-se do Programa de Acompanhamento do processo de suas doenças, para maior conforto e tranquilidade do paciente e de seus familiares, além da otimização, pelo monitoramento efetivo dos grupos, da gerência dos recursos do próprio PASBC.

Esse programa depende da contratação de uma empresa, assim como o de atendimento domiciliar de emergência com UTI móvel, e o de Call Center 24 horas/dias, sete dias por semana, para orientações aos participantes do Programa.

Aprovada pelo Comitê Gestor também estava a criação de um sítio específico do PASBC para maior interatividade entre os usuários do Programa e o Gestor, inclusive com o processo de "conformidade" a ser dado pelo titular nas despesas relativas à utilização do PASBC.

Todas essas medidas não só beneficiarão, de imediato, os pacientes que necessitam de hemodiálise, quimioterapia, controle oncológico e remédios de uso contínuo, como promoverão, a médio e longo prazos, a excelência na gestão do Pro-

grama e de seus recursos.

Especificamente quanto ao atendimento domiciliar emergencial e ao Call Center 24 horas, são fatores de relevo a presença do médico e o tempo ganho, no caso de um mal súbito, além da orientação correta: o profissional tem competência para, em presença do doente, diagnosticar os sintomas e, eventualmente, encaminhá-lo com rapidez e segurança para uma unidade hospitalar adequada.

Uma vez implantadas essas inovações, nada mais estimulante do que a interatividade produtiva que passará a se dar entre usuários e gestores do Programa, dentro do referido sítio para troca de manifestações, queixas ou denúncias de mau uso do Programa pelos seus credenciados.

Vê-se, por esses argumentos, que, não estando implantadas as novas medidas, perdemos todos: funcionalismo, Comitê Gestor, a Direção da Casa e o próprio PASBC, que todos queremos hígido.

Vivemos tempos atribulados e tensos para todos, e os males - uns antigos, outros mais atuais, característicos da

nossa era - não escolhem mais idade ou sexo para empanarem a saúde humana.

Assim, vimos à Dirad na busca de uma solução que dê, mais rapidamente, fim nessa expectativa de um ano inteiro.

Para tanto, solicitamos o agendamento de uma reunião entre essa Diretoria, os abaixo-assinados e os membros do Comitê Gestor, para discussão da matéria.

Estamos certos de que a Dirad deseja, como nós, que o novo Regulamento do PASBC leve esperança de qualidade de vida a quantos, participantes e /ou dependentes do PASBC, confiamos no Programa de Saúde do Banco Central.

Atenciosamente,

**Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central
- Sinal**

**Associação Brasiliense de
Aposentados do Banco Central
- ABACE**

**Associação dos Antigos
Funcionários do Banco Central
- AAFBC**

**Federação Nacional dos
Aposentados e Pensionistas
do BC - FENABACEN**

PIU
A luta só termina com a vitória!

SINAL

**Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central**

Inativo? Como assim?

Você já parou para pensar no que INATIVO significa?

A principal definição para a palavra INATIVO, no que diz respeito ao mundo do trabalho, ocorre por diferença (e, mesmo, oposição) ao vocábulo ATIVO, este relacionado a quem se encontra dentro do universo formal do emprego público e, o primeiro, a quem se localiza, por força da aposentadoria, fora de tal universo.

Tudo de ruim, não é mesmo? No mínimo, porque não são poucos os ATIVOS que, no dia a dia de trabalho, revelam-se praticamente inativos, enquanto que também não são poucos os INATIVOS que, no cotidiano de sua aposentadoria, mostram-se altamente ativos.

Fernanda Montenegro, Gilberto Gil e Oscar Niemeyer, por exemplo, estariam hoje colocados no rol dos INATIVOS, se servidores públicos fossem.

Temos assim, então, um mito dos tempos atuais a ser fortemente combatido.

É preciso derrubar mais um dentre os tantos muros hoje existentes entre os seres humanos, construídos com o cimento da hipocrisia, a pedra do preconceito.

É preciso desconstruir a ideia anti-humana de máxima diferenciação entre ATIVOS e INATIVOS.

É preciso estabelecer pontes cada vez mais largas e mais sólidas entre os que hoje trabalham no Banco Central do Brasil e aqueles que até ontem o fizeram, construindo, assim, cada vez mais, maiores e melhores caminhos para o futuro de nossa instituição e o de todos nós, servidores, desde sempre e até sempre, do BCB.

Recentemente, no Rio de Janeiro, o Sinal contratou o Dr. Júlio Caldas, recém-aposentado, com vistas à prestação de serviços de esclarecimento referentes ao nosso Plano de Saúde (ver matéria na página seguinte), em uma demonstração concreta de aplicação da

política de resgate da contribuição positiva dos INATIVOS.

Também no Rio de Janeiro, o Sinal conta com a participação ativa de INATIVOS no Grupo de Estudos do PASBC e no Grupo de Trabalho do Programa Qualidade de Vida no Trabalho, por exemplo.

Que tal também você parar para pensar nisso?



José Vieira Leite.

Servidor público (BCB), Pesquisador (UnB), Pós-doutor em Ciências Humanas (PUC-RJ).

Serviço mais que especializado

Sinal-RJ cria o Disque-Saúde, onde os beneficiários recebem informações de especialista

Ao se aposentar, o servidor tem a opção de se dedicar ao descanso em casa, viajar pelo mundo ou aderir a algum tipo de atividade, como um trabalho voluntário ou, até mesmo, um novo emprego. Voltar ao trabalho foi a opção Dr. Júlio Caldas, recentemente aposentado do Banco Central, ele foi contratado pelo Sinal-RJ para prestar esclarecimentos sobre o Plano de Saúde para os colegas.

Quer saber sobre a rede credenciada, internações, procedimentos médicos, pedidos de reembolso no regime de livre escolha ou simplesmente uma indicação de profissional? Pergunte ao Dr. Júlio.

“O trabalho do Dr. Júlio no Sinal, prestando um serviço que gera tranquilidade aos beneficiários, é uma demonstração concreta de acolhimento da contribuição daqueles que são chamados, equivocadamente, como inativos”, afirma

Sérgio Belsito, presidente do Sinal Nacional.

Para Dr. Júlio, a tranquilidade dos servidores e aposentados, em relação a sua saúde e de seus familiares, reflete diretamente na qualidade de vida deles. “Se ele e sua família tiverem orientação adequada quando necessitarem utilizar os serviços do PASBC, com certeza terão mais qualidade de vida no trabalho ou fora dele. O Disque-Saúde implantado pelo Sinal-RJ é um passo importante nesse sentido”, explica o médico, que aproveita para deixar aqui algumas dicas sobre Medicina Física e Reabilitação:

• **Para o tratamento fisioterápico é necessário ter prescrição médica com diagnóstico e número de sessões a serem realizadas ou prazo de tratamento, estando sujeita ao limite de sessões estabelecido nas tabelas de benefícios;**

• **É necessária autorização prévia para hidroterapia e RPG;**

• **Para os atendimentos domiciliares: além da prescrição médica, relatório médico circunstanciando a impossibilidade de deslocamento do paciente. O PASBC poderá exigir, ainda, perícia médica para a concessão do benefício, conforme o caso;**

• **Nas guias, recibos ou notas fiscais devem ser informadas as datas da realização de cada sessão do tratamento, acompanhadas da assinatura do beneficiário em cada uma delas.”**

**Fonte: MCOP - Manual de Critérios e Orientações do PASBC.*

O atendimento – no momento dirigido apenas ao Rio de Janeiro – é prestado pelo Dr. Júlio Caldas no Disque-Saúde Sinal-RJ, diariamente, das 08h às 20h. Telefone: 7864-4002. Atendimento pessoal na sede do Sindicato (Av. Pres. Vargas, 962 – 11º. Andar – Centro) às terças-feiras, das 13h às 17h, com agendamento de consulta pelo telefone 3184-3500.

Tratamentos odontológicos

O Sinal tem recebido várias perguntas sobre tratamentos odontológicos. Visando dirimir as principais dúvidas dos associados, publicamos aqui as perguntas mais frequentes.

Fui a um dentista credenciado para fazer a limpeza periódica e verifiquei, alguns dias depois, que fui descontado de todo o valor do orçamento. Quando pedi explicações, por telefone, disseram-me que foi por causa do "prazo intervalar"; o que é isso?

RESPOSTA: O nosso plano paga os procedimentos relacionados com a "limpeza" com um intervalo de no mínimo 6 meses. Esse prazo entre um procedimento e outro recebe o nome de prazo intervalar. Assim, se você retorna ao mesmo dentista credenciado para fazer outra limpeza em um prazo inferior a seis meses e o dentista faz essa limpeza, a responsabilidade é dele, pois tem ou deveria ter esse controle, e não vai receber; mas se você vai a outro dentista, que não pode saber

qual foi a última vez que você fez a limpeza, pois não tem esse controle, ele vai receber pelo trabalho feito e todo o valor do orçamento é descontado de você. Resumindo: é sempre bom anotar a época em que foi feita a última manutenção e tratar de fazer a outra só depois de, no mínimo, seis meses.

De que maneira posso controlar as despesas de dentistas se eu não entendo nada do que está escrito no orçamento?

RESPOSTA: É simples: começando a entender. Quando o dentista entrega o orçamento para a eventual autorização, peça que explique, de forma simples, em que consistem os eventos ali elencados; é seu direito e também dever. O simples fato de você se preocupar em saber o significado de cada procedimento vai ajudar

muito em diminuir as tentativas de cobranças de eventos não realizados ou não necessários.

Exemplo: se no orçamento aparecer o evento "controle da placa bacteriana", saiba que para fazer jus a essa cobrança o dentista deve: a) explicar as técnicas de escovação e do uso do fio dental; b) aplicar o evidenciador de placa bacteriana que consiste no espargimento em todos os dentes de um líquido que, depois de algum tempo, muda de cor nos dentes onde há placa bacteriana, evidenciando-a. Observem que o primeiro item pode ser dispensado, pois acredito que todos nós sabemos como escovar os dentes e utilizar o fio dental, portanto para justificar essa cobrança é indispensável que seja aplicado o evidenciador de placa; eu, pessoalmente, recuso sempre tal evento, pois não preciso de evi-

denciador para saber que tenho que escovar os dentes da melhor maneira possível. Esse evento custa R\$ 40,00, dos quais R\$ 4,00 somos nós que pagamos.

Fui a dois dentistas credenciados para fazer a limpeza periódica e, embora os dois fizessem praticamente a mesma coisa, o valor cobrado foi muito diferente. Afinal qual o preço que o plano paga para uma limpeza?

RESPOSTA: Para poder responder de modo

satisfatório é necessário, antes de tudo, recordar sucintamente quais os procedimentos que, com pouca variação, todos os dentistas executam na manutenção periódica, revisão semestral, limpeza ou outro nome que queira se dar.

Inicialmente o dentista pede para fazer um bochecho com um líquido bactericida qualquer, depois com um instrumento de ultra-som começa a limpeza que consiste em descolar a eventual placa bacteriana e/ou tártaro

que estão aderidos ao dente, em seguida com um jato de água sob pressão contendo algum sal mineral, normalmente bicarbonato de sódio, que é um pouco abrasivo, dá polimento aos dentes e retira eventuais restos de placa (polimento coronário).

Feito isso, seca a boca e com iso-



Controle da placa bacteriana - dentista deve aplicar o evidenciador de placa bacteriana para fazer jus à cobrança pelo procedimento

lamento de algodão, para evitar a salivagem, aplica, nas duas arcadas dentárias, uma pasta ou líquido contendo flúor (aplicação tópica de flúor), pede para permanecer

com a boca aberta por uns minutos e depois disso se despede aconselhando a ficar sem comer por pelo menos meia hora.

Não importa o nome que se dê, este é o procedimento praticado pela maioria dos dentistas com pouquíssimas variações: mais ou menos demoradamente, com ou sem anestesia, em uma ou mais sessões. O procedimento é o mesmo, o material é o mesmo, o instrumental é o mesmo, o tempo gasto é aproximadamente o mes-

mo; e o preço? Bem o preço pode variar de R\$ 61,00 a R\$ 420,00. Explicando: Na nossa tabela de procedimentos odontológicos há uma profusão de eventos relacionados com a "limpeza". A saber:

Profilaxia: R\$ 35,00 (Nas autorizações geradas pelo sistema a profilaxia é definida como limpeza e polimento; a limpeza por sua vez é a retirada da placa bacteriana). Portanto, neste evento estão incluídos os primeiros procedimentos acima descritos.

Aplicação tópica de flúor : R\$ 26,00 (este é o evento descrito acima). A soma destes dois eventos dá justamente o preço mínimo que é R\$ 61,00

Consulta inicial: R\$ 33,00 Considera-se consulta inicial o primeiro atendimento; portanto esta consulta só poderia ser cobrada se for de fato a primeira.

Controle da placa bacteriana: R\$ 40,00 (consiste em aplicar em todos os dentes um líquido vermelho que depois de algum tempo fica roxo na presença de placa bacteriana, este evento é muito cobrado mas poucas vezes feito, este controle deveria ser usado só em crianças de até 12 anos, é mais para dar um susto nas crianças, como disse apropriadamente um dentista aqui do Rio; Depois dos 12 anos as crian-

ças costumam escovar os dentes dezenas de vezes ao dia, pois começa a fase dos beijinhos).

Dessensibilização dentinária: R\$ 84,00 (só deveria ser usada quando realmente o paciente se queixa de excesso de sensibilidade)

Tratamento não cirúrgico da periodontite leve: R\$ 180,00 aqui no Rio, R\$ 240,00 em outras regiões. (A periodontite é o comprometimento do periodonto que por sua vez é o conjunto de tecidos e fibras musculares que prendem a raiz do dente ao osso. O tratamento só deveria ser cobrado se realmente houver periodontite, e não como sinônimo de raspagem supra-gengival, posto que acima da gengiva não há periodonto. Infelizmente é muitas vezes cobrado em substituição da profilaxia pela enorme diferença de valor).

Como podem ver, é a própria tabela que permite que uma singela limpeza possa chegar a custar até R\$ 420; O preço médio que os dentistas não credenciados cobram, aqui no Rio, é de aproximadamente R\$ 150,00

Se eu for a um dentista não credenciado (livre escolha), como devo proceder para o reembolso?

RESPOSTA: Siga os seguintes passos:

- Peça ao dentista que faça o orçamento discriminando todos os eventos que pretende realizar com seus respectivos valores cobrados;

- Leve este orçamento ao posto de atendimento PASBC para a autorização e eventual perícia inicial;

- Pergunte qual o valor que consta na tabela para cada evento cobrado o nosso plano reembolsa o menor valor entre o cobrado pelo dentista e o que consta na tabela, assim, se o dentista cobra mais do que está na tabela, o plano reembolsa o que está na tabela, se cobra menos, reembolsa o cobrado pelo dentista.

- Ao término do tratamento, pague o dentista, e com o recibo, peça o reembolso.

- Na sua conta será depositado 90% do que for auxílio (valor ressarcido) e o valor integral do que for adiantamento, este último será depois descontado do seu salário em várias prestações.

Afinal, o que é que o Banco paga e o que não paga nos tratamentos dentários?

RESPOSTA: Desde maio de 2009 o nosso plano cobre quase todos os eventos relacionados na tabela de procedimentos odontológicos,

inclusive muitos eventos de prótese básica. O plano paga 90% do valor da tabela e nós pagamos os restantes 10%. Os 90% que o plano paga recebem o nome de AUXÍLIO e os 10% que nós pagamos são chamados de PDL, (Participação Direta Limitada). Há, no entanto, três categorias de procedimentos que o nosso plano não cobre, são eles: todos os eventos relacionados com implantes, aparelhos ortodônticos e respectivas manutenções para pacientes com idade superior a 16 anos; os eventos de prótese não considerada básica.

Quais são os eventos de prótese que o plano paga (prótese básica) e os que não paga?

RESPOSTA: A seguir a lista de todos os eventos de prótese divididos nos dois grupos: Prótese básica (que o banco paga sob a forma de auxílio, 90%); e os demais que o plano não paga (eventualmente financia sob a forma de adiantamento).

PRÓTESE BÁSICA: a) Prótese fixa adesiva direta; b) Coroa provisória; c) Coroa total, 4/5 ou 3/4; d) Restauração metálica fundida; e) Prótese parcial removível com grampos de metal não precioso e dentes nacionais; f) Prótese parcial provisória; g) Con-

serto de prótese total/parcial inclusive com substituição de dentes; h) Dentadura superior ou inferior com dentes nacionais; i) Prótese total imediata; j) Reembasamento de prótese total ou parcial

EVENTOS DE PRÓTESE QUE O BANCO NÃO PAGA:

Prótese fixa adesiva indireta em metaloplástica ou metalocerâmica; elemento de prótese fixa (com base em coroa total ou veneer, base comum MOD ou 4/5, em metal, metalocerâmica, provisório); ponto de solda; remoção e recolocação de trabalhos protéticos; coroa de jaqueta de cerâmica ou metalocerâmica ou de veneer; inlay-onlay em resina ou porcelana; Núcleo metálico; faceta em porcelana; prótese parcial removível de encaixe; prótese parcial removível com grampos e dentes importados; loja para encaixe; dentadura, superior ou inferior com dentes importados; coroa provisória em resina prensada; reembasamento de coroas provisórias; planejamento em prótese.

É claro que, sempre que possível, deve-se incentivar o dentista a ater-se aos eventos

de prótese básica. Um exemplo esclarecerá: se você escolhe a dentadura com dentes nacionais (prótese básica), que custa R\$ 726,00, o plano paga 90% do seu valor ou seja R\$ 653,40. Se você escolhe a dentadura com dentes importados, que não faz parte do grupo de prótese básica e que custa R\$ 894,00, o plano não paga nada.

Se um dentista credenciado me cobrar diretamente, por qualquer razão, uma quantia extra, o que devo fazer?

RESPOSTA: O regulamento é muito claro a esse respeito: "É vedado ao prestador credenciado, sob pena de des-

credenciamento, cobrar diretamente dos participantes honorários a qualquer título por serviços cobertos pelo PASBC, bem como transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços constantes do orçamento autorizado."

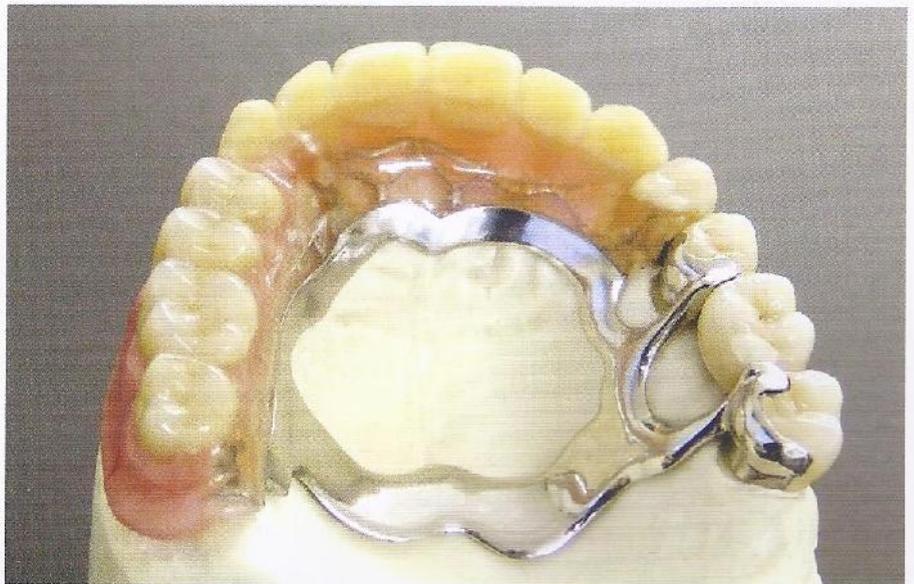
Há garantia para os serviços odontológicos?

RESPOSTA: Sim, para as restaurações, será exigida garantia de dois anos, independentemente do material utilizado e para qualquer trabalho de prótese, três anos.

Michelangelo Privitera

michelangelo.privitera@bcb.gov.br

ADRJA/Coben

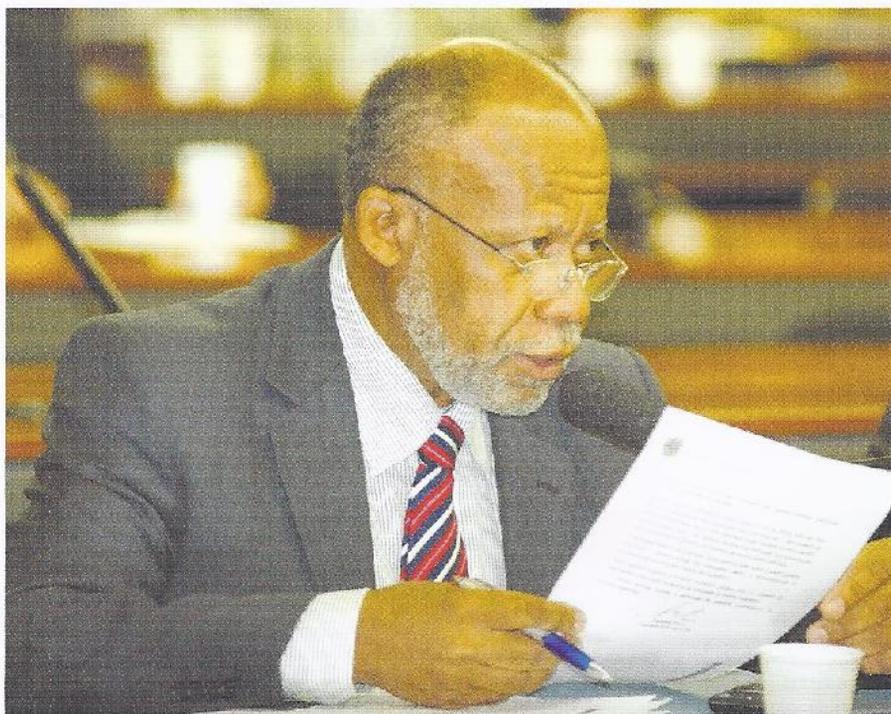


Prótese com dentes importados: plano não paga

PEC 555/06

Não vamos desistir!

Sinal entrega propostas de emendas para a Comissão Especial que analisa o assunto. Para Belsito, a luta só vai terminar com a vitória dos aposentados.



Dep. Luiz Alberto (PT-BA) - "Relatório será apresentado ainda este mês."

O deputado Luiz Alberto (PT-BA) ainda quer ouvir a opinião das Centrais Sindicais antes de elaborar seu relatório sobre a Proposta de Emenda Constitucional 555/2010, que extingue

a contribuição dos servidores inativos instituída pelo art. 4º da EC 41/03. O deputado afirmou que apresentará o relatório ainda este mês, o que garantirá sua aprovação na Comissão Especial antes do reces-

so parlamentar de julho. "Mas não acredito que a PEC 555 vá ao plenário ainda este ano. O processo eleitoral já está esvaziando a Câmara dos Deputados", explicou o relator.

A defesa dos aposentados com a suspensão da cobrança da contribuição à Previdência tem mobilizado o Sinal Nacional. "Estamos fazendo um corpo a corpo no Congresso Nacional, convencendo cada deputado da injustiça imposta a uma parcela de aposentados do setor público, que é obrigada a contribuir com 11% de seus benefícios", afirmou Sérgio Belsito, presidente do Sinal Nacional.

Emendas

De acordo com o relator da PEC 555, ainda existe es-

paço para negociação. A tendência, segundo ele, é bem favorável aos aposentados. "Tenho conversado com o ministro da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, para saber sobre o impacto que a suspensão da cobrança previdenciária dos aposentados terá sobre as contas do governo. Como se trata de um universo pequeno, já que nem todos eles foram afetados pela medida, é possível negociar", disse o deputado Luiz Alberto.

No processo de análise da PEC 555, alguns problemas já foram detectados pelo relator. "O primeiro são as emendas que estendem a todos os funcionários públicos a não contribuição após a aposentadoria, e que não é objeto da PEC. Essa PEC trabalha com a suspensão da contribuição previdenciária dos aposentados que estavam aposentados ou aqueles que já tinham tempo de aposentadoria e estavam no serviço ativo. A outra questão trata da retroatividade dos efeitos financeiros da Emenda Constitucional 41. É uma questão que vai ter de ser bastante negociada para não ter óbice da base do governo

aqui", explicou o relator.

O deputado explicou ainda que, hoje, trabalha com três opções de propostas: o fim da cobrança, como querem os aposentados; a manutenção da proposta como está; e a negociação com as emendas que já foram apresentadas. Porém, nas entrelinhas, o deputado deixou transparecer sua tendência na elaboração do relatório: o escalonamento de percentuais, proporcionalmente à idade. "Quanto mais cedo a trabalhador se aposentar, maior a alíquota. Na medida em que a idade aumentasse, o percentual ia caindo gradativamente. Ao chegar à aposentadoria compulsória, com 70 anos de idade, a alíquota seria zerada".

Escalonar a cobrança é uma hipótese criticada pelo Sinal. "Não aceitaremos isso. O relator está tentando fazer uma coisa impossível: agradar os aposentados e governo ao mesmo tempo. Ele mesmo reconhece que a cobrança é injusta e que o número de prejudicados é pequeno, em relação a toda categoria", reclamou o presidente do Sinal.

De acordo com Belsito, a pressão sobre o relator e demais membros do Congresso Nacional vai continuar. "É uma questão de justiça. Os aposentados não podem continuar arcando com as consequências de um capricho do governo".



"Se o projeto for aprovado como está, certamente haverá problemas futuros" - Sérgio Belsito

Comissão que analisa aposentadoria especial ouve Bel-sito e recebe propostas do Sinal

“FINALMENTE, APÓS LONGA espera e grande prejuízo para os servidores, o Poder Executivo reconhece a necessidade de regulamentar a aposentadoria especial do servidor público, prevista no inciso III, parágrafo 4 do artigo 40 da Constituição Federal, através do PLC 555/2009, atualmente apensado ao PLC-472/2009, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá.

É de se registrar que a regulamentação da aposentadoria de deficientes físicos, matéria de suma importância, não foi contemplada ainda, devendo o assunto ser objeto de preocupação dessa respeitável comissão.

Em relação ao PLC-472/2009, com a sensibilidade própria de seu autor, julgo que os pontos mais importantes já foram contemplados.

Já o PLC-555/2010 apresenta uma série de problemas que merecem atenção redobrada dos senhores parlamentares, sob pena de fu-

turamente restar desfigurado o conteúdo das decisões judiciais alcançadas no STF, seja através de mandados de injunção, seja pela sua aplicabilidade, e se tornar letra morta já que o modo de comprovação se tornaria mais um obstáculo intransponível para os servidores públicos.

Dentre os aspectos nocivos do PLC 555/2010, mencionamos a falta de previsão da conversão do tempo especial para tempo comum, o que todavia consta do PLC 472/2009 em seu art. 4º.

Outros desses aspectos são a quebra da paridade (Art. 7º) e as exigências descabidas para a comprovação do tempo de atividade especial (Arts. 4º e 11º).

Há preocupações, também, no que diz respeito ao abono de permanência, aposentadoria proporcional, contagem de tempo de licença para exercício de mandatos classista e eletivo, e ausência de menção explícita às condições de risco acentuadas (periculosidade). Esses pontos precisam ser melhor definidos.

Assim, a nossa proposta é de que se dê a seguinte redação ao art. 7º do projeto:

Art. 7º - *“Aplica-se o disposto nos §§ 2º, 3º, 17 e 19 do art. 40 da Constituição às aposentadorias especiais concedidas de acordo com esta Lei Complementar, promovendo-se atualização dos respectivos valores sempre que se modificar a retribuição dos servidores em atividade.”*

Justificação

Esta proposição estende aos beneficiários da aposentadoria especial a paridade remuneratória e o abono de permanência. Não cabe a exclusão do benefício da paridade, pois a aposentadoria especial é apenas mais uma modalidade de aposentadoria, e para a sua concessão os requisitos devem ser cumpridos da mesma forma que os existentes para outras modalidades de aposentadoria.

O servidor que cumpra os requisitos para a aposentadoria pelas regras gerais, e que continua na ativa, faz jus ao abono

de permanência.

Por que o servidor, ao cumprir os requisitos de uma aposentadoria especial, e se sentindo em condições de permanecer em atividade (a forma como um "agente insalubre" incide de forma diferente sobre cada indivíduo) não faria jus ao abono de permanência? Afinal, nos dois casos, as exigências para a aposentadoria foram cumpridas.

Também propomos que se dê a seguinte redação ao parágrafo único do art. 4º do projeto, suprimindo-se o art. 11 da proposta:

Art. 4º (...)

§ 1º A efetiva e permanente exposição aos agentes nocivos referidos no caput será comprovada mediante documento que informe o histórico laboral do servidor, valendo-se de metodologia aceita pelo Regime Geral de Previdência.

§ 2º. O documento citado no §1º poderá ser emitido:

a) pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego;

b) pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho;

c) pelas Unidades de Saúde e

Segurança Ocupacional do Instituto Nacional do Seguro Social;

d) pelas Vigilâncias Sanitárias Estaduais e/ou municipais, desde que atuem na vigilância à saúde dos trabalhadores;

§ 3º. As unidades citadas no § 2º, não poderão realizar a elaboração dos documentos para os servidores vinculados ao seu órgão/entidade.

Inciso I – o sindicato e/ou associação de classe a que estiver filiado o servidor poderá agir em favor deste, de parte ou de toda a categoria, em casos de omissão ou impossibilidade de elaboração do documento pelos órgãos citados no § 2º.

Justificação

Ao se colocar no texto uma determinante legal de que o documento seja "... emitido pelo órgão ou entidade competente em que as atividades do servidor foram desempenhadas", apresentam-se três problemas, dois de ordem prática e um de ordem conceitual.

No campo prático temos os seguintes dilemas:

1º - tendo-se em mente o viés político da gestão de um setor público, qual gestor admitiria que o ambiente de trabalho que

o cerca seria prejudicial à saúde ou à integridade física de seus subordinados? E, no caso de se haver reconhecido o ambiente como insalubre, como se faria para manter a sustentabilidade (determinação legal) do Regime Próprio de Previdência ao qual está vinculado o servidor? Os recursos financeiros sairiam da dotação orçamentária do órgão/entidade, ou do Tesouro Nacional?

A omissão da lei quanto ao aspecto financeiro poderia, num futuro próximo, impor esse ônus ao órgão ao qual o setor insalubre está integrado. Esse fato teria relevância quando da (não) concessão do benefício por parte do órgão/entidade competente, posto que ela (a concessão) implicaria em redução real dos recursos orçamentários do órgão.

2º - a segunda questão prática diz respeito a como se daria a elaboração desse documento se o servidor tivesse um histórico de exercício profissional em diversos órgãos. Qual seria a competência do órgão de lotação atual para elaborar tal documento, abrangendo diversos órgãos ou entidades?

3º - no campo conceitual, temos a expressão órgão ou entidade competente. Nesse dia-

passão, considerando que competência diz respeito à alçada determinada pela Lei que criou o órgão/entidade, ou subsidiariamente seu Regimento Interno, quantos órgãos ou entidades seriam competentes para elaborar esse documento? Quantos o servidor deveria procurar, para conseguir seu histórico laboral caracterizando a insalubridade?

Isto posto, e com o objetivo de sanar tais lacunas, seria prudente, técnica e legalmente, indicar quais os órgãos ou entidades competentes para produzir tais documentos, eliminando a pressão do gestor do órgão, utilizando-se da técnica que o Regime Geral de Previdência,

Sob esse prisma, foram indicadas:

a) As Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – que têm a competência de realizar as inspeções dos ambientes de trabalho, inclusive determinar se são insalubres ou perigosos;

b) A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – que tem a competência de realizar estudos na área de ambiente de trabalho, propondo normas e medi-

das para eliminação e mitigação das condições insalubres;

c) As Unidades de Saúde e Segurança Ocupacional do Instituto Nacional do Seguro Social – que têm a competência de confirmar a concessão de aposentadorias especiais para os trabalhadores vinculados ao Regime Geral; e,

d) As Vigilâncias Sanitárias Estaduais e/ou municipais, desde que atuem na vigilância à saúde dos trabalhadores – que têm a competência de avaliar os ambientes de trabalho na questão de sua salubridade.

Todos os Órgãos indicados são aptos a caracterizar a insalubridade dos ambientes laborais. Portanto, sua utilização para a emissão do documento abre espaço para a concessão do benefício do servidor com a segurança e eficiência necessárias.

Além disso, referidos Órgãos poderiam, ao examinar o(s) recinto(s) insalubre(s), determinar medidas saneadoras e mitigadoras das condições que estejam prejudicando, naquele(s) setor(es), a saúde dos que ali trabalham, favorecendo também, dessa forma, a melhoria do ambiente laboral.

Nesse caso, estariam atendendo, inclusive, ao que determina o artigo 8º do Projeto de Lei.

A proposta de emenda incluí, no § 3º, inciso I, a possibilidade de atuação – a favor de indivíduo ou categoria representada – de sindicato e/ou associação a que estiver vinculado o servidor. Essas entidades agiriam em caso de omissão ou impossibilidade de elaboração do documento, como a eventual falta de recursos humanos aptos nos órgãos citados.

Tal previsão tem amparo no Decreto nº 127, de 22.5.91, que recepciona a Convenção nº 161 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho.

Com o objetivo de se manter o princípio da impessoalidade, os órgãos competentes para a elaboração do documento de comprovação de insalubridade estariam proibidos de elaborá-los para os servidores a eles vinculados.

Na proposta se pede a exclusão do art. 11 tendo em vista que o próprio texto do art. 4º, determinando que se utilize a metodologia usada pelo Regime Geral de Previdência, torna inócuo o primeiro artigo referido.

PEC 555/06

Fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas

Um retorno à justiça previdenciária

Neste ano de 2010, comemoramos 20 anos de sanção do Código do Consumidor, onde na sua essência determina que, as promessas embutidas na venda de um produto devem se materializar quando da sua aquisição pelo consumidor, e que o ônus da prova é do vendedor e não do comprador.

Ao fazermos um paralelo com o Regime Próprio de Previdência do Servidor, e se pudesse caracterizar uma relação de consumo, o regime previdenciário dos servidores públicos estaria na lista negra de todos os PROCONS e com inquéritos abertos em todas as delegacias do consumidor, pois o que se está en-

tregando para os aposentados e pensionistas em sua maioria não é o que foi contratado no início da atividade funcional.

Explico: os Regimes Previdenciários Públicos Brasileiros, seja o Regime Geral de Previdência, sejam os Regimes Próprios de Previdência, se estruturaram no modelo de repartição simples, onde está implícito o pacto entre gerações, onde os ativos de hoje sustentam o inativo de hoje, o sistema é solidário, mesma lógica que aplica os Estados Unidos, a Espanha, Alemanha e França.

Empurraram, em nome da preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime, uma carga de contribuição incompatí-

vel com a necessidade de suporte real do sistema, sobrecarregando ativos e principalmente aposentados e pensionistas, desmontando “legalmente” todo o pacto estabelecido de financiamento do custo previdenciário[1] erigido quando do estabelecimento da relação trabalhista entre o servidor público e o Estado. Pois nosso Poder Judiciário em sua instância máxima entendeu como que este pacto era uma expectativa de direito, e como expectativa pode ser alterada, mas os trabalhadores do serviço público também tinham a expectativa de terem seus direitos preservados...

A PEC 555/2006 é oportuna e se atualizada com o texto do

[1] Custo previdenciário se refere ao cálculo do valor dos benefícios futuros dos atuais aposentados, pensionistas e atuais servidores em atividade, incluindo o custo com as despesas administrativas.

deputado João Campos (PSDB/GO), é o retorno da Justiça no seio do sistema previdenciário dos servidores públicos.

A alegação do governo é de que o Regime Próprio é deficitário atuarialmente, e que esta engenharia de contribuição é necessária para a sustentabilidade e o equilíbrio do regime, além do que o judiciário tratou em caráter definitivo esta matéria.

Como o governo pode alegar e apresentar dados corretos de que o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos da União é deficitário, se os corretos condicionantes para a sua implantação não foram efetivados até a presente data? O Ministério da Previdência Social, que não é o órgão competente para estabelecer o estudo da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civil da União, pois não é o Gestor Único do Regime, informa que no ano de 2010 este déficit é de cerca de 24,3



“Os Regimes Previdenciários Públicos Brasileiros se estruturaram no modelo de repartição simples” - Luiz Roberto Domingues

bilhões de reais (excluindo-se os militares), e que as contribuições sobre benefícios (aposentadorias e pensões) representam 30,6% da arrecadação prevista. Esta é a situação que o governo apresenta como real, e é lançada atualizada anualmente quando do encaminhamento das Metas Fiscais para o orçamento geral da União.

Quais seriam as condicionantes para a adequada implantação do Regime Próprio de Previdência da União. Inicial-

mente temos de ter em mente que antes da vigência da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os servidores públicos federais, em sua grande maioria, estavam vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, e que poderiam contribuir com até 20 maiores valores de referência – MVR. Com a vigência da Lei nº 8.112/90, estes servidores passaram a pertencer a um novo regime de previdência, colocando já em seu nascedouro em regime de déficit atuarial, pois as contribuições recolhidas

ao INSS não foram repassadas ao novo regime, com o argumento de que o governo estaria “tirando de um bolso e colocando em outro”.

Constata-se ainda que nos primeiros cinco anos de vigência do novo regime de previdência do servidor público, as aposentadorias representam ainda hoje 42,85% de todas as aposentadorias concedidas até dezembro de 2009. De posse destas constatações é lúcido apresentar uma predição de como o Regime Próprio de Previdência da União estaria, caso houvesse ocorrido a transferência dos valores contribuídos ao INSS para o Regime dos Servidores Públicos Federais.

Para esta análise foram estabelecidas algumas premissas: considerou o valor médio pago para as aposentadorias do executivo civil federal[2] que em fevereiro de 2010 era de R\$5.669,00; considerou somente a alíquota presente na época da aposentadoria; considerou somente as aposentadorias onde se podia consignar a última remuneração; para o ano de 1991, considerou a MVR e entre 1992 a 1995 considerou 10 salários mínimos de con-

[2] Nos últimos 12 meses anteriores tendo como referência o mês de fevereiro 2010, fonte: Boletim Estatístico de Pessoal nº 166 – SRH/MPOG

tribuição; foram consideradas que todas as aposentadorias concedidas no ano foram efetivadas em julho do ano em análise; considerou a contraparte da União a alíquota proporcional para que o total contribuído seja de 20%; foi aplicado um depreciador para cada ano em que o servidor esteve efetivamente vinculado ao Regime Próprio, para os aposentados após 1991; 1992 redutor de 3%, 1993 redutor de 6%, 1994 redutor de 9%, 1995 redutor de 11,5%; não foi considerado a remuneração do capital contribuído e nem a inflação; o universo de trabalho somente considerou os aposentados até 1995.

Neste quadro apresentado chega-se ao resultado de que falta aportar ao Regime Próprio de Previdência Social da União R\$ 26.139.717.867,60, para que o Regime pudesse reiniciar operacionalmente de forma equilibrada e sustentada. Este valor já é 7% superior ao valor de déficit anunciado pelo ministério da Previdência Social para o Regime Próprio da União.

Não obstante, neste valor não foram consideradas as contribuições proporcionais de servidores ao RGPS anteriores a Lei nº8.112/90, que ainda estão na ativa ou que

aposentaram após 1995. Vale ressaltar que esta compensação é prevista na Lei, Estados e Municípios se utilizam dela para o seu corpo de servidores estatutários, mas a União não aplica para ela mesma - também para quê? O servidor ativo e principalmente o aposentado paga esta conta.

Somente com o aporte do valor devido ao Regime Próprio de Previdência da União, e com as compensações do INSS junto às aposentadorias do serviço público concedido até 1995, o déficit de fluxo de caixa do regime, sem a contribuição dos inativos, é de 1,71 bilhão. Isso se considerarmos as compensações proporcionais das aposentadorias concedidas para servidores depois de 1995, mas que ingressaram no serviço público antes da Lei nº8.112/90, o deficit financeiro será menor ainda.

Outra abordagem que deve ser levantada para tratar do deficit financeiro do Regime, é em função da "epidemia" de aposentadorias por invalidez, que joga a idade média de aposentadoria para baixo, e amplia o prazo de prestação do benefício. A outra face da moeda é que a alíquota tem de ser alta, pois a sinistralidade do Regime de

Previdência da União é elevada, com altos índices de aposentadoria por invalidez, e de absenteísmo, com idade média de 49 (COGSS/SRH/MPOG - 2005), frente aos 62 anos de uma aposentadoria voluntária.

Assim, na questão de fundo, temos de concordar com o governo. O regime de previdência do servidor público da União deve ser equilibrado e sustentável econômica e financeiramente, deve-se aplicar a lei e o Regime Geral de Previdência Social deve compensar o Regime Próprio de Previdência da União, nos valores que ele tem direito, como fazem com os outros entes federados.

Em se aplicando a legislação previdenciária de forma integral junto à União, e atendendo ao estabelecido no art. 10 da Constituição Federal, a previdência do servidor público civil federal, tem condições de se sustentar e de garantir os benefícios aos servidores ativos e inativos a ela vinculados. Fica claro que a contribuição do aposentado e do pensionista é para resgatar esta conta de responsabilidade do INSS, sem aumentar o seu próprio déficit, além de manter o discurso de

que a aposentadoria do servidor público está quebrada.

O próprio governo ao mandar matéria reguladora do Regime de Previdência Complementar do Servidor Público indica que a alíquota de 11% cobrada do servidor e de 22% cobrada do ente é, no mínimo, exagerada, pois o mesmo apresenta estudos de que uma alíquota próxima a 7,5% com contribuição semelhante do ente é suficiente para manter a sustentabilidade do Regime de Previdência Complementar (mesmo que o regime seja de capitalização).

As alíquotas aplicadas pela União são consequência de uma "prática política" de omissão no fortalecimento e

na valorização da seguridade social do servidor no seu aspecto macro, quando se nega a implantar uma Unidade Gestora Única da União - com participação efetiva dos servidores nos seus processos decisórios - conforme disciplina o Art.10 da Constituição Federal, a estabelecer uma política de recursos humanos que valoriza o servidor e seu comprometimento com o Estado, e uma política de saúde ocupacional e de qualidade de vida, que resguarde a sua saúde e de sua família.

Os aposentados de hoje foram tinguados duas vezes pelo Governo, quando ativos tiveram suas contribuições expropriadas de seu regime,

e agora como aposentados, roubados para ressarcir o dinheiro das contribuições que foram expropriados.

A PEC 555 vem retornar a justiça do regime de repartição simples dos servidores públicos, e resgatar a dignidade destes aposentados e pensionistas. Não são eles que devem arcar com o custo da incompetência do Estado em administrar a sua força de trabalho.

Está na hora do governo devolver o que é dos aposentados e pensionistas por direito de contribuição - "Código do Consumidor neles".

Luiz Roberto Pires Domingues Junior
luizr.domingues@ibest.com.br

Audiência pública

Sinal defende na Câmara o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço

O presidente do Sinal Nacional, Sérgio Belsito, participou, no final de maio, de audiência pública para discutir a Proposta de Emenda Constitucional 210 A/2007, que restabelece o adicional por tempo de serviço como com-

ponente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público.

Durante a audiência pública, Sérgio Belsito defendeu a emenda que amplia o benefício a todas as carreiras que recebem sua remuneração em

forma de subsídios.

A reunião, realizada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, analisou a emenda de autoria do deputado Régis de Oliveira, que altera mudanças do artigo 95 e 128 da Constituição Federal.

Quintos

Sinal exige incorporação

Passados mais de cinco meses da decisão judicial que determinou a incorporação das parcelas de "quintos" aos vencimentos dos substituídos pelo Sinal no Mandado de Segurança nº 13.174/DF, até o momento, o Banco Central permanece inerte, frustrando as expectativas de seus servidores, que aguardam, desde 2001, pelo pagamento das verbas a que têm direito.

De acordo com a decisão, o objetivo é "assegurar o direito dos substituídos à incorporação de quintos de 8.4.98 até 5.9.01, determinando o pagamento desses valores. Sobre as verbas que deixaram de receber desde a lesão, atualizadas monetariamente, incidirão juros de mora de 0,5% ao mês".



Banco Central tenta impedir o imediato cumprimento da ordem judicial

Por se tratar de ordem proferida em Mandado de Segurança, o Bacen deveria providenciar o seu cumprimento, tão logo fosse notificado, efetuando a correção da situação funcional dos servidores que

tenham adquirido o direito à incorporação de parcelas, pelo exercício de função comissionada, após a edição da lei nº9.624, de 2/4/98, até 4 de setembro de 2001, data da MP 2.225-45/2001.

No entanto, o Banco apresentou Embargos Declaratórios suscitando dúvidas em relação ao cumprimento da ordem judicial, especificamente sobre a prescrição quinquenal anterior ao ajuizamento da ação.

A omissão arguida pelo Banco, entretanto, revela-se medida

procrastinatória para impedir o imediato cumprimento da ordem judicial, já que é sabido que a execução do julgado está garantida desde a data da lesão, em decorrência da interrupção da prescrição decorrente de processo administrativo, reivindicando o mesmo direito, e de protesto judicial.

Desse modo, a despeito do contido no Ofício Depes/Gabin-2010/070, no qual o Banco informa que aguarda julgamento dos Embargos Declaratórios, o SINAL tem reiterado o pedido de cumprimento da decisão, pois ela deve ser executada tão logo a Autoridade Coatora seja cientificada (MS 930-0-DF, ReL. Min. Hélio Mosimann, j. 20.4.93, p. 9.263, in Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor- Theotônio Negrão, 33ª Ed. P. 1701).

Assim, o não atendimento do contido na decisão judicial caracteriza o crime de desobediência à ordem legal, e por ele responde o impetrado renitente.

Às duas pontas, passando pelo meio

Aqui me apresento, encarregada da Diretoria de Assuntos Previdenciários, PASBC, QV e Convênios, do SINAL, desde 19 de março deste ano. E dedico esta matéria, com muito carinho, a todos os queridos colegas do BC. Bem-vindos os da ponta mais longínqua, de 36 anos



Cleide Napoleão - Diretora de Assuntos Previdenciários

atrás, chegando no apogeu da juventude, para trabalhar lado a lado com os mais antigos, fundadores, advindos do BB e da Superintendência da Moeda e do Crédito-SUMOC.

Bem-vindos, quando retornam ao BC, em suas visitas, todos os colegas aposentados

(compulsoriamente divididos, desde 1996, com efeito retroativo à 1991, em aposentados celetistas e estatutários "inativos" - êta palavrinha feia!

Bem-vindos os colegas da ponta de agora que ingressam, calouros, nesta Casa maravilhosa que é o Banco Central. Nela tivemos

muitas vezes que lutar para que ficasse como está.

Quem chega, encontrando a cama arrumada, precisa saber que nem sempre foi assim. Manter o BC inteiro, e pagando aos seus funcionários os salários atuais, tem sido obra de muita mobilização sindical.

E fiquemos alertas, porque outras ventanias são anunciadas para um futuro próximo. É preciso segurar firme os lençóis, os direitos conquistados que estamos usufruindo, para mantê-los. E correr, como estamos correndo, atrás dos que foram confiscados, para reconquistá-los. Por exemplo, apoiando a PEC 555/2006, que revoga a esdrúxula cobrança da CPSS de aposentados e pensionistas. A incidência de contribuição previdenciária sobre o próprio benefício previdenciário é um confisco.

A condição da vitória é a união. Uma andorinha não faz verão. O Sindicato é onde a gente se une.

E, puxando a sardinha..., bem vindos todos, tanto os das pontas, como os do meio, às assembleias e eventos do SINAL. Nossa corrente é forte e do bem.

Temas contextualmente estratégicos

Em meio à última reunião do Conselho Nacional do SINAL, dia

29 de maio, acessei mensagem de três dias atrás, me pedindo esta matéria com urgência.

Embora prolixa (defeito antigo que minimizei, mas não superei), pelo volume da Pasta assumida (são quatro temas) e, claro, para não os cansar, tenho que ser sucinta.

Vou tentar, mas há que se dar uma olhada na conjuntura, porque ela explica o fato de Previdência e PASBC serem hoje demandas prioritárias na nossa agenda sindical. Boas demandas, pois unificam, são de interesse geral.

Tradicionalmente o foco das lutas sindicais incide nas campanhas salariais. Porém, um conjunto de fatores está fazendo este ano eleitoral ser atípico, sem a costumeira abertura do saco de bondades, impelindo o movimento sindical a comer pelas bordas.

Como servidores públicos, ainda carentes de regulamentação garantindo data-base e completamente dependentes de decretos presidenciais para auferir reajustes salariais, somos mais afetados pelo contexto político.

E vimos aqueles com maior nível de organização sindical conquistarem, durante o atual mandato do Presidente Lula,

reajustes salariais parcelados, com aumentos reais (acima da inflação) e pagamento da última parcela neste ano, o que empurrou as futuras demandas para a próximo governo, dada a paralisação dos trabalhos no Congresso no próximo semestre.

Propositamente ou não, há que se reconhecer que foi um golpe de mestre esta prática inédita implementada, de "aumento-a-prestação", diluindo por um período maior (dois, três ou mais anos) o pagamento dos reajustes concedidos.

Permitiu maior estabilidade em três planos: a) econômico, ao desarmar o gatilho da indexação dos aumentos anuais de salários e desfazer as incertezas quanto aos montantes pleiteados e reajustes a serem concedidos; b) administrativo, ao arrefecer as greves no setor, antes mais numerosas, longas e corriqueiras, e permitir planejamento mais alongado das contas públicas em relação aos custos com pessoal e c) político, com a menor contaminação do processo eleitoral pelas demandas econômicas corporativas, possibilitando às campanhas presidenciais colocar o foco nas proposituras políticas (embora no plano assistencial, esta contaminação persista, por

exemplo com a bolsa-família).

Tudo então leva a crer que o próximo presidente, seja lá quem for, vai continuar aplicando esta mesma política salarial, de reajuste-a-prestação, que consegue engessar o movimento sindical por um período mais longo, deixando ao presidente sucessor a tarefa de refazimento das negociações.

Direito à Previdência

A primeira reforma da Previdência foi feita no governo FHC, em 1998 (Emenda Constitucional 20). A segunda, "meio-feita" em 2003 (EC 41), durante o primeiro mandato Lula, está com sua continuidade já encomendada, através de alguns projetos dormentes no Congresso, dentre eles o PL 1992/2007, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais e cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal-FUNPRESP.

Seja lá qual for o candidato vencedor, dentre os três primeiros que aparecem no topo das pesquisas, é esperado mais chumbo grosso para os servidores. Seguremos os lençóis...

José Serra e Dilma Rousseff pertencem aos partidos promotores dessas reformas. E Marina Sil-

va, em recente entrevista à rádio CBN, quando perguntada sobre o que faria se estivesse atualmente na pele do Lula, respondeu que aprovaria o aumento de 7,7% aos aposentados do INSS, mas vetaria o fim do fator previdenciário.

Tudo indica que a política salarial em vigor, pelos seus acertos do ponto de vista do administrador público, deverá ser mantida na próxima legislatura, e piorada, do ponto de vista de expectativa de melhorias salariais para os servidores, diante do anunciado corte nos gastos públicos de mais de R\$ 32 bilhões. A medida veio embalada em estimativas de aumento da inflação, decorrentes da expansão do consumo e do crédito, e da conjuntura de crise econômica dos países mais ricos.

São fatores que subtraem contexto para o atendimento das demandas salariais, neste ano, e promovem o deslocamento do foco sindical para a reivindicação de outros benefícios, indiretamente salariais, caso da PREVIDÊNCIA e do PASBC. Impulsionando essas demandas estão as decisões das ANDs do SINAL:

Em 2005, aprovamos a reativação da CENTRUS para todos. Se não podemos fazer a roda do tempo girar ao contrário e garantir que

TODOS os colegas do BC tenham idênticos direitos previdenciários, porque nos últimos dez anos foram criados três regimes previdenciários diferentes para os servidores, segmentando-nos, ao menos é possível demandarmos mudanças legislativas que restituam parte dos direitos já cortados ou ameaçados de corte, como é o caso da Emenda ao artigo 24 do PL 1992.

Essa Emenda faculta optar pela manutenção de fundos próprios de previdência aos órgãos que já os possuem. Assim, se aprovada, poderá a CENTRUS continuar oferecendo aos seus participantes, funcionários do BC, a opção de aposentadoria complementar ou suplementar, com plano de Contribuição Definida-CD, entre outros benefícios, conforme a lei atualmente em vigor, com taxa de administração bem mais vantajosa do que a praticada no mercado, além de política rentável e confiável de investimento dos recursos e gestão compartilhada com os participantes.

Direito ao superávit da CENTRUS

Também É URGENTE a solidária cobrança geral, através do SINAL, do atendimento do direito dos participantes celetistas à distribuição

de parte do superávit da CENTRUS, legalmente previsto, que está sendo descumprido, com a postergação de seu pagamento, desde a contabilização do superávit, em (DATA). De três em três anos, havendo superávit, a CENTRUS tem dever legal de distribuí-lo.

Estranho este problema, já que tal direito, até então, foi sempre respeitado. O que acontece? Acreditamos que há ingerência de interesses políticos alheios à CENTRUS, que é um fundo de pensão de natureza privada, levando o BCB a entrar o atendimento da justa expectativa desses (NÚMERO) colegas, o que é lamentável, além de desumano, face à idade já bem avançada de muitos deles.

E o próprio BC, patrocinador da CENTRUS, que tem direito à metade do mencionado superávit, também, inexplicavelmente, não está sendo tempestivamente contemplado.

Isso é um absurdo! Sindicato é instrumento de luta para todos os segmentos do funcionalismo. Um por todos, todos por um!

Direito à Saúde

Quanto ao PASBC, a AND de 2008, em Canela-RS, deliberou lutar pela extinção gradativa do PDL,

fator que encarece sobremodo o programa para seus participantes.

Através da gestão paritária do patrocinador e representantes dos participantes, no Comitê Gestor do PASBC, temos todo um horizonte propício para melhorar o Programa, com gestão moderna e profissional, não simplesmente visando o lucro, como nos demais convênios, mas com foco humanista, centrado no adequado atendimento dos beneficiários e garantindo o equilíbrio atuarial das contas.

Os servidores do BC sempre rejeitaram trocar o plano próprio de saúde pelo Programa de Saúde do governo para o servidor, em que pouco mais de sessenta reais por mês são pagos a título de auxílio-saúde, e nada mais.

No dia 25 de maio, em Ato nacional, no aniversário de um ano do novo Regulamento do PASBC, os participantes cobraram benefícios pendentes de implantação, que constam do Regulamento ou carta que o encaminhou.

O PASBC também é produto de muita luta e especialmente do trabalho incansável, nos últimos cinco anos, do GT do Rio de Janeiro – grupo de aposentados que, voluntariamente, se reúne toda semana para discutir o Programa.

Soma-se agora o recém-criado GT de São Paulo, nos mesmos moldes.

Qualidade de Vida

A outra face, inteligente e econômica, da moeda saúde é a sua prevenção. Estamos então falando da Qualidade de Vida. Entretanto, seis anos após implementado no BC, o programa de QVT está com várias de suas doze metas abandonadas ou sem continuidade de implemento (vide Apito Brasil 105, de 13.10.2009).

Existe Portaria do MP dizendo que, na questão de QV, sindicatos e associações são co-gestores do governo. Se o sindicato somos nós, categoria como um todo, então antes de apontar o dedo para criticar a ausência de programas de QV tão necessários no BC, é preciso que cada um de nós faça uma autocrítica.

Calovi, atual diretor nacional de relações externas do SINAL, que já militou nesta área no BC, frisou que QVT depende da presença do patrão. Então, também estão com a bola no pé, no BC, tais prepostos, das áreas de pessoal e administração, o DEPES e a DIRAD. Com bola presa, não tem jogo.

Pessoalmente acredito que não há QVT sem QV na família do trabalhador. Porque são planos

interligados e ambos devem ser “contaminados” pelos hábitos saudáveis, para que sejam perenes. Implantar programas de QV tem um baixo custo imediato, largamente compensado com lucro certo distribuído para todas as partes atingidas: de imediato para os trabalhadores e seus familiares; e a médio e longo prazo tanto para a empresa, o BC, quanto para o nosso PASBC.

Olho no Projeto 192

Nossa sociedade está dividida entre os que vivem acima ou abaixo de um determinado nível de dignidade existencial.

Todo mundo está careca de saber que um estado de direito não é completo sem distribuição de renda adequada, propiciando condições dignas de vida a todos os cidadãos. Em um país como o nosso, com tal distribuição colocada entre as piores do mundo, é surpreendente pensar que ainda há colegas que se mostram indiferentes ou explicitamente avessos à bandeira de BC-Cidadão, mais altamente desfraldada na AND de Canela-RS.

Impulsionar o BC em sua missão constitucional, através da regulamentação requerida há 22 anos atrás, no artigo 192 da CF, é o objetivo do chamado Projeto 192, imple-

mentado pelo SINAL, e que trata do papel do BC e do sistema financeiro.

Assembléia Nacional Deliberativa

Estes são temas centrais da agenda do SINAL. Muito a fazer.

Espero que os colegas participem de alguma forma, informem-se no site, compareçam às assembleias, ingressem nos grupos de estudo temáticos que se fizerem necessários, inclusive para municiar a nossa próxima AND, marcada para novembro deste ano.

E também que, nas assembleias preparatórias da AND, se inscrevam como candidatos a delegados-representantes, lembrando que, para tal os colegas deverão estar filiados ao SINAL com no mínimo 120 dias de antecedência, exceto os recém-ingressos no BC.

A AND visa, prioritariamente, definir e consolidar, em documento único nacional, os princípios e diretrizes da ação política do Sindicato e das reivindicações da categoria.

No BC e no paraíso CAP

De trás para frente, posso dizer, em termos profissionais, que foram os melhores os meus últimos anos de ativa no BC, de 89 a 98, trabalhando na Central de Atendimento ao Público-CAP de São Paulo.

Lá, no trabalho extenuante e gratificante de atender reclamações e prestar orientações a pessoas usuárias do sistema financeiro, pude conhecer melhor o tamanho e a importância do BC, que apelidei de Universidade-BC.

Era um desafio constante, um empurrão ao crescimento. Nenhum dia era igual ao outro, apareciam todos os tipos de problemas, para os quais buscávamos soluções, senão dentro da CAP, muitas vezes em outros setores do BC, ou também fora dele, em outro organismo capaz de atender o pleito.

Período de longe mais estressante no BC foi aquele em que participei de um mutirão na CAP, na época da reforma econômica do presidente Collor e sua Ministra Zélia e do Deus-nos-acuda de ouvir, impotentes, aquela gente desesperada e revoltada, que da noite para o dia viu confiscados os valores de suas contas correntes e de poupança. Apareceu-me, somente então, nesse triste período da vida, um tique nervoso no canto externo do olho direito, que o punha a tremer incessantemente, durante aqueles longos e tenebrosos dias.

Não foi fácil encontrar na CAP a menina dos meus olhos. Antes, de 74 até 88, zanei pelo BC adentro. No ingresso, fiquei

brevemente lotada em Brasília, de onde logo fui transferida de volta a São Paulo, por obra das lágrimas maternas e seus inúmeros telefonemas a não sei quantos chefes.

No BC/SP conheci meus primeiros inesquecíveis colegas professores, encarei um balanço pela primeira vez e os primeiros processos trabalhando na FIRCE em seus setores de empréstimo, financiamento, investimento e reinvestimento. Passei breves períodos no PROAGRO, REBAN e RECAM, ficando mais tempo no REORF, e mais ainda no REPES.

A política faz parte da minha vida: desde 1968, militando em entidades estudantis clandestinas (UBES, UNE, DCE-livre da USP), porque era época da ditadura; e sindicalmente, desde o ingresso no BC, participando do jornal "Ovo", que era afixado nos murais das copinhas dos setores e, depois, da entidade precursora do SINAL, a Associação dos Funcionários do Banco Central-AFBC.

Continuo assim, cada vez mais ativa. Não me aposentei do SINAL, nem pretendo. Raramente perdi alguma assembleia.

Porquê? Porque ADORO meus colegas, que considero minha segunda família e através da prática sindical acredito que estou pagando, com prazer, uma dívida social.

Atualize sua agenda

Anote os telefones das regionais do Sinal

Tel



Fax

Tel



TELEFONES SINAL:

Nacional: (61) 3322-8208

Diretoria Executiva: (61)3322-8208

REGIONAIS: Fax

Tel



Belém: (91) 3241-8290

Belo Horizonte: (31) 2512-1668

Brasília: (61) 3224-3417

Curitiba: (41) 3353-6552

Tel



Fortaleza: (85) 3254-1927

Porto Alegre: (51) 3224-9030

Recife: (81) 3221-1487

Rio de Janeiro: (21) 3184-3500

Tel



Salvador: (71) 3237-4365

São Paulo: (11) 3159-0252

Tel

Fax

SINAL

Síndico Nacional dos
Funcionários do Banco Central

SINAL

Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central